



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

**Estudo Técnico Preliminar para contratação de jornal de grande circulação  
ÁREA REQUISITANTE: SMPOP**

**1. DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (INCISO I)**

**1.1 – DESCRIÇÃO DO ITEM** – Preliminarmente trata-se Registro de Preços, modalidade menor preço por item, visando a contratação de jornal diário de grande circulação no Estado do Rio Grande do Sul, objetivando a publicação de avisos de licitações nas modalidades concorrência, tomada de preços, concurso, leilão, pregão e demais publicações oficiais, para atender os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, artigo 54, §1º, para publicação legal.

A publicação será em centímetros por coluna (cm/coluna) sendo o padrão usado para calcular o espaço de anúncios impressos em jornais.

Neste quesito, a página do jornal é dividida em colunas verticais e o anúncio será medido pelo número de centímetros de altura, em uma coluna.

**2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (INCISO II)**

Trataremos sobre o alinhamento entre a contratação e planejamento para o Registro de Preços de empresa de jornal diário de grande circulação no Estado do Rio Grande do Sul, objetivando a publicação de avisos de licitações nas modalidades concorrência, tomada de preços, concurso, leilão, pregão e demais publicações oficiais, para atender os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, artigo 54, §1º, para publicação legal.

Do ponto de vista da legalidade, trata-se diretamente de princípios pacificados na lei, que versam mais sobre a obrigatoriedade do cumprimento destas publicações, do que de mera formalidade administrativa.

Quando se fala de publicidade, trata-se de uma das bases dos princípios administrativos consolidados na Constituição Federal:

**C.F:**

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, **publicidade** e eficiência e, também, ao seguinte:

**§ 3º** A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente

**II** – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

A constituição ainda a publicação de seus atos em outros dispositivos:

**C.F:**

**Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

...

**XXXIII** – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

Nota-se que este princípio constitucional determina que os atos administrativos devem ser divulgados para o conhecimento do público, garantindo a transparência, controle social e legitimidade das ações do Estado.

No mesmo sentido, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, nº 14.133/2021, traz esta obrigação legal das publicações oficiais:

**LCCA:**

**Art. 54.** A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**§1º** Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, **bem como em jornal diário de grande circulação.**

Na mesma lei, podemos observar outros dispositivos que tratam de publicidade de atos administrativos:

**LCCA:**

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

**Art.5º** Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, **da publicidade**, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).

Na pesquisa da legalidade, a Lei de Acesso a informações auxilia ainda mais a ideia da publicidade dos atos administrativos, com ênfase nos certames licitatórios:

**Lei 12.527/2011:**

**Art.8º** É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

**IV** – informações concernentes **a procedimentos licitatórios**, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

Por fim, doutrinadores administrativos atribuem em seus estudos o princípio da publicidade como um ato obrigatório de gestão, pacífico de validação de seus atos quando cumprida esta obrigatoriedade?

**Maria Sylvia Zanella Di Pietro**

Di Pietro entende que a publicidade é uma condição de eficácia dos atos administrativos e também um instrumento de controle da legalidade. Para ela, “a publicidade visa propiciar o conhecimento dos atos pela coletividade, permitindo o controle da legalidade e a proteção dos direitos dos administrados.”

Referência: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

**Hely Lopes Meirelles**

Meirelles ensina que a publicidade é um requisito de eficácia e moralidade dos atos administrativos. Sem publicidade, o ato pode até existir, mas não produzirá efeitos externos. Ele afirma que “a publicidade é exigência de eficácia e moralidade para que se dê conhecimento do ato a terceiros e se viabilize seu controle.”

Referência: MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 50. ed. São Paulo: Malheiros, 2023.

Desta forma, como forma de alinhar o planejamento e a contratação, pode-se concluir que o Ente Federado não somente poderá, como deverá adotar procedimentos que visem o cumprimento do princípio constitucional da publicidade, proporcionando a fiscalização externa e a validação dos seus atos.

**3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DO OBJETO (INCISO III)**

Registro de Preços, modalidade menor preço por item, que visa a contratação de jornal diário de grande circulação no Estado do Rio Grande do Sul, objetivando a publicação de avisos de licitações nas modalidades concorrência, tomada de preços, concurso, leilão, pregão e demais publicações oficiais, para atender os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, artigo 54, §1º, para publicação legal.

**3.1 – DESCRIÇÃO DO ITEM** – A publicação será em centímetros por coluna (cm/coluna) sendo o padrão usado para calcular o espaço de anúncios impressos em jornais.

Neste quesito, a página do jornal é dividida em colunas verticais e o anúncio será medido pelo número de centímetros de altura, em uma coluna.

**4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES (INCISO IV)**

Item	Descrição do Item	Medida	Valor unitário por cm/coluna	Quantidade de publicações em cm/coluna	Valor Total
1	Serviço de Publicidade Legal em jornal de grande circulação no estado do Rio Grande do Sul	cm/coluna	R\$ 18,00	1100	R\$ 19.800,00

**5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES EXISTENTES E VIABILIDADE DE MERCADO, ECONÔMICA E OPERACIONAL (INCISO V E VI)**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

O levantamento de mercado é uma etapa crucial para garantir que a prestação do serviço seja realizada de forma eficiente e alinhada com as soluções de mercado disponíveis.

Após a análise das soluções de mercado e das formas de aquisição, conclui-se que a modalidade Pregão Eletrônico, para Ata de Registro de Preços, adotada neste processo, sendo adequada para atender as necessidades da contratação.

Essa modalidade é a mais viável operacionalmente por proporcionar uma ampla competição, transparência e rapidez no processo licitatório. O Pregão Eletrônico permite a obtenção de preços mais vantajosos e está alinhado ao princípio da economia e eficiência, conforme estabelecido pela Lei 14.133. Esse formato é recomendado para a aquisição onde a definição do melhor fornecedor pode ser objetivamente determinada pelo critério de menor preço.

Embora outras formas de contratação possam ser aplicáveis dependendo do contexto e da complexidade de cada aquisição, a agilidade e a eficácia do Pregão Eletrônico neste contexto, como os identificados nas demandas da Prefeitura Municipal de São Borja, justificam a escolha dessa modalidade como a mais vantajosa e conveniente.

**Descrição da solução como um todo**

A solução para atendimento desta necessidade deve ser abrangente, englobando todas as etapas desde o planejamento até a entrega final do produto/serviço. Com base na análise de mercado e considerando o artigo 18 da Lei 14.133/2021, que orienta sobre a fase preparatória do processo licitatório caracterizada pelo planejamento, abordaremos as soluções:

A solução foi escolhida após estudo de mercado, considerando a eficiência de métodos, qual seja, a pesquisa de preços do licitante, onde demonstra preços já praticados no mercado. Igualmente, levou-se em consideração a relação custo-benefício e o compromisso com princípios de sustentabilidade, eficiência, eficácia e proporcionalidade em conformidade com o artigo 5º da Lei 14.133/2021, de modo a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração Pública, em alinhamento com os objetivos estabelecidos no artigo 11 da referida lei.

**a) Solução 1**

a.1) Viabilidade de mercado: O serviço deverá ter valor de mercado condizente ou abaixo dos demais serviços relacionados neste Estudo Técnico Preliminar.

a.2) Viabilidade econômica: O método de pesquisa utilizado foi o descrito na lei 14.133/2021.

**Art. 23.** O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

**§1º** No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

**III** – utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

Desta forma, foi processada a ampla pesquisa de mercado, atualizada, em conformidade com o que regulamenta o artigo 82 da Lei 14.133/21

**Art. 82.** O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

**§5º** O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:

**I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado:**

Em âmbito municipal, a pesquisa de preços também observou critérios de pesquisa de preços relacionado no Decreto nº 20.108/2023 que *Institui normas para o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Município de São Borja*, vejamos:

**Decreto nº 20.108/2023**

**Art. 5º** A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

...

**III** – dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

Ainda, do ponto de vista da pesquisa de preços, o servidor responsável por fazê-la, acostou ao processo a declaração alegando que a pesquisa de preços foi feita em conformidade com o Decreto 20.108/2023.

a.3) Viabilidade operacional:

Acerca da viabilidade operacional, há de se considerar que a forma operacional do processo se dará pelo próprio processo administrativo, quando o Ente Federado encaminhará a minuta da sua publicação, quando deverá ser informado de pronto a quantidade em cm/coluna, podendo ser solicitada pela administração uma minuta para a comprovação do alegado, para somente após a nota de empenho.

**6. ANÁLISE E COMPARAÇÃO DAS SOLUÇÕES EXISTENTES E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ELEITA DE ACORDO COM A VIABILIDADE DE MERCADO, ECONÔMICA E OPERACIONAL. (INCISO VII E XIII)**

O RP para o item relacionado neste Estudo Técnico Preliminar se baseia tanto em termos técnicos (já mencionados nas leis e nos itens anteriores) como econômicos, conforme; Ainda tratou-se aqui de valores abaixo ou semelhantes em comparação com outros serviços na mesma temática na região fazendo com que esta seja uma escolha vantajosa para o Ente. A avaliação feita demonstra que a modalidade proporcionará que preço esteja em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos da mesma natureza, conforme §4º do Artigo 23 da Lei 14.133/2021.

**7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (INCISO VIII)**

O pagamento será efetuado em valor pactuado no resultado do processo de registro de preço, efetuado em etapas, referente aos itens que porventura sejam necessários ao Ente, descritos neste Estudo Técnico Preliminar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e a aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho, por meio de depósito bancário.

De acordo com o que preconiza a Lei 14.133/2021, a eficiência e economicidade são princípios norteadores de todo e qualquer processo licitatório, determinando que o planejamento das contratações públicas deva sempre considerar o aproveitamento ótimo dos recursos disponíveis.

Nesse contexto, o parcelamento do objeto é um aspecto que requer análise criteriosa, a fim de garantir a seleção da proposta mais vantajosa e a execução eficiente do contrato.

Entretanto, uma vez que se trata de item único, não há o que se observar neste assunto.

**8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (INCISO IX)**

A seleção de proposta visa alcançar resultados que estejam alinhados aos princípios e objetivos estabelecidos pela Lei 14.133 de abril de 2021, garantindo a obtenção do maior proveito para a administração pública e para a sociedade. Os resultados pretendidos incluem:

- Atendimento eficiente e eficaz das demandas das diversas unidades administrativas da Prefeitura Municipal de São Borja;

- Seleção de propostas que assegurem o melhor custo-benefício para a Administração Pública, incluindo análises que considerem o ciclo de vida do objeto, em conformidade com o Art. 11, I da Lei 14.133;

- Respeito ao princípio da isonomia, garantindo a igualdade de condições a todos os concorrentes, com tratamento justo e sem favorecimentos ou prejuízos indevidos, em conformidade com o Art. 11, II da Lei 14.133;

- Incentivo à competitividade, evitando-se contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e atuando para coibir o superfaturamento na execução dos contratos, conforme estabelecido no Art. 11, III da Lei 14.133;

- Proteção do meio ambiente e promoção do desenvolvimento nacional sustentável, alinhando às diretrizes da sustentabilidade e às exigências legais correlatas, conforme preconiza o Art. 11, IV da Lei 14.133;

- Promoção da transparência dos atos administrativos, garantindo a publicidade e a clareza das informações, em observância ao princípio da publicidade e das demais normativas do Art. 5º da Lei 14.133;

- Assegurar uma gestão eficiente dos recursos públicos, adotando práticas de planejamento, execução e fiscalização coerentes com os princípios da eficiência e da economicidade.

Os objetivos traçados estão fundamentados na lei pertinente à Lei de Licitações, a qual estabelece um marco regulatório preciso para as contratações públicas, demandando planejamento e ações estratégicas para o alcance dos resultados pretendidos. A expectativa é que, por meio do atendimento a estes critérios e da eficiente supervisão dos contratos, seja efetivada uma contratação não somente dentro dos aspectos legais e técnicos, mas também alinhada aos interesses da coletividade de São Borja.

Pretende-se, com o presente processo de registro de preços, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

A contratação decorrente do presente processo de exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

**9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO (INCISO X)**

A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato.

**10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (INCISO XI)**

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição/operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

**11. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (INCISO XII)**

Não foram verificados possíveis impactos ambientais.

**12. DA TABELA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E SERVIÇOS**

Não se observou a necessidade da tabela de composição de custos para este serviço, visto que seus valores praticados estão alinhados à pesquisa feita diretamente no sistema Licitacon.

**13. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Com base nas informações levantadas ao longo do ETP, declaramos a viabilidade de contratação da solução aqui proposta.

Realizadas as tarefas pertinentes ao ETP, encaminho o documento solicitando ciência e aprovação para posterior elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico.

\_\_\_\_\_  
Leonardo Feliciano Lima  
Agente Administrativo Auxiliar

\_\_\_\_\_  
Secretário da SMPOP

(    ) Defiro  
(    ) Indefiro

\_\_\_\_\_  
Prefeito de São Borja/RS

São Borja, 17 de abril de 2026.